GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-2044 - CEP 01045-903
FAX 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 1.490/89 (Reautuado em 21-03-95)
INTERESSADO : Serviço Nacional de Aprendizagem
Industrial - SENAI
ASSUNTO : Regimento Comum das Unidades Escolares -
SENAI (Alteração Regimental)
RELATORES : Cons. Bahij Amin Aur
Cons. Francisco Aparecido Cordão
PARECER CEE Nº : 590/95 - CEPG/CESG - APROVADO EM 11-10-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 Visando à implantação do Telecurso 2000, Ensino a Distância, o Senhor Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI submeteu à análise e aprovação do Conselho Estadual de Educação alterações em artigos de seu Regimento Escolar.

1.2 Com o pedido, foram encaminhados:

1.2.1 proposta de novo Regimento Comum das Unidades Escolares SENAI, compreendendo as alterações pretendidas;

1.2.2 Regimento Comum das Unidades Escolares SENAI, em vigor;

1.2.3 Plano do Curso de Ensino a Distância - Telecurso 2000 (Fundamentos e Diretrizes);

1.2.4 Relatório do órgão superior do SENAI,

1.3 A proposta de alteração do Regimento Comum das Unidades Escolares SENAI compreende:

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

1.3.1 emenda aditiva no artigo 2º, que passou a ter mais dois incisos - III e IV, atribuindo ao Departamento Regional do SENAI a assistência, a manutenção e a supervisão de telepostos instalados em suas unidades escolares, bem como em entidades com ele conveniadas, nos seguintes termos:

"Inciso III - manter e supervisionar telepostos instalados em unidades escolares de sua rede de ensino",

"Inciso IV - assistir e supervisionar telepostos instalados em entidades com ele conveniadas".

1.3.2 emenda alterando a redação do inciso II do artigo 3º, que passou a contemplar o Ensino a Distância, na seguinte forma:

"Artigo 3º - Por unidade escolar SENAI entende-se a unidade estruturada nos termos deste Regimento, mantida e supervisionada ou assistida e supervisionada pelo Departamento Regional de São Paulo, que ministra:

I - ...

II - Ensino Supletivo, em nível de 1º ou 2º grau, com frequência obrigatória, ou a distância, ou, ainda, mediante estratégia mista e flexível, por meio de cursos presenciais ou a distância, e nas funções:

- a) Aprendizagem Industrial;
- b) Qualificação Profissional;
- c) Suprimento;
- d) Suplência.

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

Parágrafo único - ..."

1.3.3 emenda aditiva (acréscimo de uma alínea "d") e modificativo, quanto à redação das alíneas "b" e "c" do artigo 5º, explicitar os objetivos específicos das unidades escolares, em função dos curso que ministrarão, nos seguintes termos:

"d - Suplência de 1º e 2º Graus - suprir a escolarização de jovens e adultos que a ela não tiveram acesso, ou que não a tenham concluído na idade própria."

1.3.4 emenda aditiva no artigo 47, sendo-lhe acrescentado um parágrafo 2º, para contemplar o Ensino a Distância, como outra modalidade de Ensino Supletivo:

"§ 2º A Educação a Distância - Ensino Supletivo será objeto de plano específico, aprovado pelo órgão competente, nos termos da legislação em vigor".

1.3.5 emenda modificativa no título da Seção VI, do Capítulo II, Título IV, que passa a ser: "Da verificação do Rendimento Escolar em Curso de Suprimento e na Educação a Distância;"

1.3.6 emenda modificativa no caput do Artigo 78, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 78 As disposições deste Capítulo não se aplicam aos cursos de Suprimento e à Educação a Distância que, por suas características e peculiaridades, terão normas específicas para verificação do rendimento escolar baixadas pelo Departamento Regional, obedecida a legislação vigente".

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

1.3.7 emenda aditiva no Artigo 91, referente aos requisitos para ingresso nos Cursos de Qualificação Profissional I e Curso de Suplência, passando a ter a seguinte redação:

- "Curso de Qualificação Profissional I:

a) haver sido, quando for o caso, aprovado e classificado no processo de seleção;

b) contar com a idade mínima, exigida para frequentar o programa pretendido, fixada pelo Departamento Regional;"

- "Curso de, Suplência: ter os requisitos mínimos para matrícula, obedecido o disposto na legislação vigente".

1.3.8 emenda aditiva, acrescentando um parágrafo 2º, ao Artigo 102, para contemplar o recurso de aproveitamento de estudos, na área da Educação a Distância.

"§ 2º - Na Educação a Distância - Ensino Supletivo - serão aproveitados os comprovantes de eliminação de disciplinas expedidos pelas unidades escolares SENAI -SP".

1.3.9 emenda aditiva ao Artigo 105, acrescentado-se o inciso III, para contemplar os diplomas e certificados dos Curso de Suplência e de Ensino a Distância;

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

"Inciso III - Na Educação a Distância -Ensino;

- Suplência em nível de 1º e 2º graus
Certificado a quem comprovar aprovação em todas as disciplinas do
mínimo obrigatório da Parte Comum".

1.4 O Plano de Curso do Projeto de
Ensino a Distância contempla os seguintes aspectos,
considerando-se os quesitos arrolados na Deliberação CEE nº
05/95;

1.4.1 justificativa e necessidade social do
curso;

a) a demanda por profissionais
capacitados tem sido, não só no Brasil como na América
Latina, superior à capacidade de oferta de formação dos
profissionais pelas instituições de ensino;

b) a formação profissional de qualidade
pressupõe uma educação básica também de qualidade, a qual já tem
sido objeto de programações oferecidas pelo SENAI, via estratégias
alternativas de educação. A instituição visa, assim, cumprir a
sua função social na formação do homem cidadão, profissional
qualificado e trabalhador;

c) o termo "a distância" não significa a
inexistência de qualquer tipo de presencial idade, em sua
concepção mais atualizada. Quer indicar uma revisão da frequência
e dos propósitos com que alunos e professores se encontram em
locais e horários pré-determinados; trata-se de um processo
centrado no aluno, uma vez que propõe estabelecer um sistema de
instrução criado para servir de

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

ajuda ao processo de aprendizagem: uma educação fundamentada no estudo independente e estruturado com base nas diferenças individuais; uma educação mediada por recursos pedagógicos avançados;

d) é um momento fortemente favorável a iniciativas desta natureza, dado o apoio político e dos meios de comunicação de massa que tem ocorrido.

1.4.2 identificação do curso e seus objetivos. Trata-se de curso com uma estratégia educativa baseada no estudo independente, com recursos instrucionais sob a forma de textos, fitas de áudio e de vídeo, programas computadorizados e outros que contribuam para superar a distância entre educador e educando. A veiculação de conteúdos pode ser feita por correspondência, emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas, redes computadorizadas, sistemas interativos e outras formas de comunicação. Os objetivos são atender, através da estratégia acima, jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular ou que não o tenham concluído na idade própria; proporcionar ao educando a possibilidade de desenvolver competências necessárias ao exercício da cidadania mediante qualificação para o trabalho e habilidade para resolução de problemas a partir da reflexão e da criatividade; oferecer oportunidade de educação continuada para o autodesenvolvimento do aluno, sua inserção no mundo do trabalho e sua participação efetiva no sistema produtivo:

1.4.3 organização didática, metodologia, organização curricular e conteúdos programáticos.

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

O Currículo terá como base os quadros curriculares dos cursos de 1º e 2º graus regulares e os dos cursos profissionalizantes aprovados pelo órgão competente do SENAI/SP. No momento, os telepostos oferecerão apenas "Cursos de Ensino Supletivo - Suplência I, II e de 2º grau". Os cursos profissionalizantes, inclusive de Qualificação Profissional IV a serem implementados posteriormente, terão seus Planos encaminhados para aprovação deste órgão.

Os Cursos, tanto de suplência como profissionalizantes, terão organização modular. Módulo é a unidade pedagógica autônoma e completa em si mesma, abrangendo um determinado conteúdo veiculado por televisão, rádio, áudio-cassete, materiais impressos, recursos de informática, atividades individuais ou coletivas, tutoria presencial ou a distância. Os educandos poderão seguir seu próprio ritmo de aprendizagem, dentro do tempo de estudo de que dispuserem. Os módulos abrangerão conteúdos de natureza científica, técnica e tecnológica, desenvolvidos de forma teórica e/ou prática, envolvendo habilidades e atitudes compatíveis com o mundo do trabalho e com a formação do ser humano como cidadão. Quando os cursos exigirem atividades práticas supervisionadas, a rede escolar SENAI/SP disponibilizará laboratórios/oficinas próprios ou de empresas conveniadas, bem como pessoal devidamente habilitado;

1.4.4 Certificação

O certificado de conclusão de cada curso ou grau será expedido após a eliminação de todas as disciplinas previstas no Plano de Curso, podendo ser requerido pelo aluno atestado de eliminação de disciplinas,

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

1.4.5 requisitos para matrícula - o aluno deverá ter a idade mínima prevista na legislação vigente, a saber:

Suplência II - mínimo de 18 anos;

Suelência de 2º grau - mínimo de 21 anos;

Suprimento - mínimo de 16 anos;

Aprendizagem Industrial - mínimo de 14 anos;

Qualificação Profissional - mínimo de 16 anos, atendendo aos demais requisitos exigidos para a qualificação profissional pretendida.

1.5 O Relatório, visando atender ao que dispõe a Deliberação CEE nº 05/95, que estabelece normas para autorização de funcionamento e supervisão de ensino supletivo a distância no sistema educacional do Estado de São Paulo, está anexado ao expediente e apresenta:

1.5.1 relação nominal das unidades escolares SENAI/SP, que, inicialmente, oferecerão ensino de Suplência I, II e de 2º grau, num total de 58 escolas;

O Certificado de conclusão de cada curso ou grau será expedido após a eliminação de todas as disciplinas previstas no Plano de Curso, podendo ser requerido pelo aluno atestado de eliminação de disciplinas.

1.5.2 indicação de que as referidas escolas já têm a devida autorização de funcionamento e con-

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

tam com dependências devidamente equipadas com material didático, máquinas e ferramentas para atenderem aos padrões de segurança e higiene exigidos pela legislação, bem como para manterem essa nova modalidade de ensino;

1.5.3 comprovação da habilitação exigida do pessoal técnico, administrativo e docente para o exercício do cargo ou função a ocupar em cada escola;

1.5.4 informação de que o pessoal técnico está devidamente preparado para realizar as atividades de orientação para a implantação dos telepostos, verificação do cumprimento do cronograma de desenvolvimento das teleaulas, acompanhamento do aproveitamento dos participantes, repasse das orientações técnicas e didático pedagógicas necessárias e verificação dos registros referentes às atividades desenvolvidas.

1.6 A partir da análise dos elementos de convicção arrolados no processo, conclui-se, que tanto o novo Regimento Escolar do SENAI-SP quanto o Plano de Curso, na modalidade Ensino a Distância, estão satisfatoriamente adequados ao que estabelece a legislação vigente e podem ser apreciados pelo Colegiado com vistas à sua aprovação.

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, nos termos deste Parecer, aprovam-se as Alterações Regimentais e o Plano de Curso de Educação a Distância propostos pelo SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

no Estado de São Paulo, devolvendo-se ao requerente cópias devidamente rubricadas.

São Paulo, 14 de julho de 1995

*a) Cons. Bahij Amin Aur
Relator da CEPG*

*a) Cons. Francisco Aparecido Cordão
Relator da CESG*

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Segundo Grau adota, como seu Parecer, o voto dos Conselheiros Relatores. O Cons. Roberto Moreira declarou-se impedido de votar.

Presentes os nobres Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães, Maria Bacchetto, Pedro Salomão José Kassab e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau,
em 26 de julho de 1995.

*a) Cons^a Maria Bacchetto
Vice-Presidente da CESG*

PROCESSO CEE Nº 1.490/89

PARECER CEE Nº 590/95

4. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota, como seu, o Parecer da Câmara do Ensino do Segundo Grau.

Presentes os nobres Conselheiros: Agnelo José de Castro Moura, Eliana Asche, Luiz Roberto da Silveira Castro e Marilena Rissutto Malvezzi.

A Conselheira Eliana Asche declarou-se impedida de votar.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 06 de setembro de 1995.

a) *Cons. Luiz Roberto da Silveira Castro*
Presidente da CEPG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão das Câmaras do Ensino do Primeiro e Segundo Graus, nos termos dos Votos dos Relatores.

A Conselheira Eliana Asche declarou-se impedida de votar, nos termos do artigo 36 da Deliberação CEE nº 17/73.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de outubro de 1995.

a) *Cons^a BERNARDETE ANGELINA GATTI*

no exercício da Presidência nos termos do artigo 11 da Del. 17/73